

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — FONSECA, Fernanda Irene e Joaquim Fonseca. **Pragmática lingüística e ensino do português**. Coimbra, Livraria Almedina, 1977. 165 p. Lingüística e Pedagogia.

Pouca vezes uma obra de lingüística aplicada se fez tão útil ao diálogo entre lingüistas e professores e estimulou a reflexão sobre a ação pedagógica dos mestres de língua materna. Animados destes propósitos, Fernanda Irene e Joaquim Fonseca, da Faculdade de Letras do Porto, lançaram **Pragmática lingüística e ensino do português**, num momento (1977) em que a Lingüística Teórica está a exigir a indispensável complementação prática.

Em seis capítulos (precedidos de Justificação e Introdução e seguidos da Bibliografia), os autores questionam a importância da Lingüística para o ensino de línguas, buscando uma articulação entre as investigações praticadas na ciência da linguagem e as propostas da Pedagogia.

A falta de um glossário e de um índice remissivo dos assuntos são falhas bem sentidas. A bibliografia, se por um lado confirma a atualização lingüístico-pedagógica dos pesquisadores, por outro deslustra-os, em parte, pela não citação de qualquer autor brasileiro.

Apesar do inusitado do tema — pragmática lingüística — o estilo didático, desprovido de uma metalinguagem estereotipada, torna a leitura acessível a quantos se interessem pelo livro. Em que pesem as, por vezes excessivas, digressões.

O primeiro capítulo, dos mais extensos (só superado pelo seguinte) objetiva referendar a validade de aplicação da Lingüística ao ensino de línguas: "aquilo que se ensina em sala de aula — linguagem e comunicação — constitui afinal o objeto da Lingüística" (p. 48). Em nove itens são condensados "os aspectos de reflexão lingüística que mais fortemente sustentam uma sadia confiança na possibilidade e validade da aplicação da Lingüística ao ensino de línguas." (p. 38-41).

Dos seis subtópicos, o terceiro é o maior por se referir à diversidade

de fatores que dificultam a integração dos dados de investigação lingüística na prática didática. Estas dificuldades decorrem da extensão da aplicação; do estudo privilegiado do sistema formal em detrimento do uso; da multiplicidade de orientações da Lingüística moderna; do desconhecimento de que a aplicação é sempre indireta; do entendimento incorreto das relações entre Lingüística e Metodologia.

Com base nas investigações que se repartem por várias ciências, como a Antropologia cultural, a Etnolingüística, a Psicolingüística e outras, os autores enfatizam a necessidade de uma Lingüística da fala ou da comunicação, não como sucedâneo da Lingüística da "língua", mas como síntese do sistema e da sua atualização "nas multifacetadas situações de comunicação vividas por um sujeito falante, que, finalmente, aparece como ente real que é..." (p. 45).

Insistindo ainda em que o presente trabalho é centrado na função comunicativa, proclamam que a preparação em Lingüística e o contato assíduo com a Lingüística Aplicada constituem, no domínio do ensino de línguas, fator decisivo para uma atuação didática "esclarecida, crítica inovadora e eficaz".

No segundo capítulo, definem-se claramente três objetivos, um dos quais — a noção de competência comunicativa — justifica sua maior extensão. Os outros objetivos — a comunicação como função central da linguagem e a revisão da noção de competência lingüística — formam, com o anterior, o eixo da argumentação.

Feito ligeiro reparo ao desvirtuamento do conceito de competência lingüística, os autores procuram retomar a pureza original do pensamento chomskiano para, a partir dele, demonstrarem a distância que separa a Lingüística da fala da Lingüística do sistema.

O conceito de maior relevância é o da Lingüística da fala (p. 61), denominada significativamente de "novo" sistema, cujas dimensões já foram visualizadas por Jakobson e Benveniste, e a que não é indiferente Coseriu.

Admitindo uma dinâmica própria aos vários elementos integrantes do ato verbal, são analisados os aspectos mais marcantes desse dinamismo: o emissor, o receptor, a mensagem, o código, a realidade extralingüística, o canal, todos eles constituindo uma complexa rede de coordenadas, de que "o emissor é o lugar de encontro" (p. 68).

Das várias disciplinas que, no momento, levantam os alicerces da Lingüística da fala ou da comunicação, os autores fazem "sucinta referência" ao que julgam central para o entendimento da natureza e objetivos dos trabalhos realizados na teoria da enunciação, na pragmática lingüística e na análise do discurso.

A atualização bibliográfica é reafirmada pela citação de Mikhail Bakhtine cuja obra traduzida do russo em 1977, embora escrita em 1929, já sublinha o caráter essencialmente social da linguagem.

Ao reiterarem que o objeto de estudo na aula de língua materna é "o próprio elemento materializador da comunicação", distribuem as tarefas essenciais desta aula por dois momentos centrais e complementares: a análise e a prática da comunicação.

O tópico final é dedicado à reflexão gramatical: situada a gramática como uma das parcelas do sistema da língua, caracteriza-se, assim, a gramática da comunicação.

Concluem defendendo para a escola a posição de ponto de convergência das diversas variedades lingüísticas, incluindo a norma padrão.

O terceiro capítulo repete formulações de outros momentos do livro, pois "reproduz, com pequenas alterações", uma comunicação apresentada ao I Encontro Nacional para a Investigação e Ensino do Português, com o mesmo título.

Depois de ressaltarem que no valor de comunicação do enunciado se concentra toda a dimensão pragmática da linguagem, os autores frisam que o objetivo primordial da atuação do professor de Português é a estruturação e o desenvolvimento da competência do aluno. Sua função didática, inclusive no aspecto formativo, só se define por essa postura, sem a qual ele se transformará no "transmissor de uma ideologia dominante" (p. 101).

Decorrente destas concepções, a aula de Português deve ser aberta à pluralidade dos discursos, o que impõe, no plano prático, a utilização do texto como produto do ato de fala, como discurso.

No quarto capítulo, é preconizada uma nova forma de exploração do texto, a análise pragmática, que, sem excluir as demais, deve ter um caráter básico. Linguagem verbal e comportamento individual são indissociáveis e uma análise informada por tais princípios carece de uma metalinguagem nova e de uma sistematização de aspectos que veja a estruturação de um texto como a realização de atos não somente locutórios, mas, também, ilocutórios e perlocutórios.

Depois de se referirem ao valor didático da oposição de Benveniste entre narrativa e discurso, a nível de enunciação, condensam em alguns tópicos as etapas essenciais de uma análise pragmática. Como análise e produção são dois momentos complementares da atividade didática, no exercício de redação é que incide a necessidade de maior reformulação metodológica.

Preconizam, no final, a instituição de uma didática centrada no sujeito e nas suas necessidades de tipo comunicativo, em que o professor deve dar

ao aluno os meios para realizar as suas apetências comunicativas e criar novas necessidades de comunicação.

O quinto capítulo versa sobre o papel formativo do ensino do Português.

Segundo os autores, apesar do reconhecimento generalizado, este aspecto pedagógico tem sido normalmente desvirtuado. Portugal, antes e após o 25 de Abril (Revolução de abril de 1976), é um exemplo da manipulação do professor de Português e da aula de língua materna como veículos da ideologia dominante.

A ausência de definição de um objeto específico do ensino do Português explica esta situação que, no entanto, só pode ser posta em causa pelo próprio professor. Tomando consciência dos objetivos específicos de sua função e da forma de atuação didática daí decorrente, propiciará a integração ativa do aluno na comunidade, "tornando-o atento ao seu próprio discurso e criticamente atento ao discurso alheio" (p. 152).

No último capítulo, procuram condensar "algumas notas" para a definição da aula de Português.

Destas, sobrepõe a compreensão das dimensões pragmáticas da linguagem, pois é nela e por ela "que o homem se assume, se define, se situa perante o mundo e perante os outros homens e continuamente atua sobre eles..." (p. 156).

O professor que fizer de "Pragmática lingüística e ensino do português" um de seus manuais de atuação didática, estará contribuindo não só para a renovação do ensino-aprendizagem do vernáculo, mas, principalmente, para a melhor tessitura pedagógica da aula de língua materna.

Miguel Salles

2 — LEITE, Lígia Chiappini de Moraes. *Regionalismo e Modernismo*. São Paulo, Ática, 1978.

Com esta obra, *Regionalismo e Modernismo*, Lígia Moraes Leite retoma, como tese de doutorado em Letras, pela Universidade de São Paulo, o mesmo assunto que orientara sua pesquisa e dissertação de mestrado, *Modernismo no Rio Grande do Sul*.

A dissertação visava à identificação de elementos modernistas que comprovassem a existência deste movimento no Estado; já a tese aponta um "deslocamento" do Modernismo que, no Rio Grande do Sul, representaria a utilização da literatura como porta-voz de uma ideologia dominante.

Assim, a tese de Moraes Leite atinge a realção mito-ficção-ideologia, em um corpus bastante extenso no qual se identifica um processo repetitivo que demonstra a ausência de qualquer inovação na criação literária produzida pelo regionalismo gaúcho durante as duas primeiras décadas deste século.

A Autora distingue, no corpus determinado, uma forma especial de narrar, presa ao descritivismo, repetitivo, na qual a personagem é um tipo mais ou menos fixo e a temática representa, basicamente, uma oposição espaço-temporal, estabelecida entre o Rio Grande antigo e o atual.

A valorização da região do campo e do passado histórico, em detrimento da zona urbana em desenvolvimento, e o conflito econômico entre a atividade rural e a agricultura, incentivada desde o final do século XIX, determinam um processo de mitificação do passado que a produção literária alimenta insistentemente, atendendo à pressão ideológica da época.

Pela discussão dos critérios relativos aos discursos retórico e ficcional, Moraes Leite chega à definição dos textos componentes do corpus como "casos", fiéis a um modelo estabelecido e insuficiente para um enquadramento que pretendesse defini-los como contos.

Os "casos" repetem um modelo que transborda as fronteiras da estética, apresentando características especiais, como a "mancha matriz" e a "palavra embargada".

A "mancha", ou descrição autônoma, aparentemente destituída de sentido em relação à narrativa, seria responsável pela tensão entre narração e descrição, com predominância da segunda que, atingindo as mínimas unidades do discurso, constituiria a característica primordial do regionalismo gaúcho, definido pela ambigüidade arte-documento e pelo conflito entre a intenção artística e a referencial.

A "palavra embargada", resultante do procedimento do narrador onisciente, cuja atuação é demasiado extensa, determina a frustração da personagem, "embargada" em sua manifestação mais legítima.

O narrador assumiria, ainda, uma tendência ao isolamento ou à intelectualização, identificados pela Autora em Alcides Maya, e determinante de uma confirmação da afirmativa de Antonio Candido de que o Regionalismo encerra "uma falsa admissão do homem rural ao universo dos valores éticos e estéticos."

A relação entre o mito e a ideologia é examinada a partir do confronto entre a literatura, ou a produção literária e o contexto político e respectivo discurso, emergindo o processo que instaurou na ficção o mito do gaúcho, de acordo com a teoria de Barthes, cujos princípios, da "omissão da história", da "identificação" e da "imobilização", são plenamente comprovados.

A repetição e a mesmice identificada pela Autora remetem à concepção barthesiana de que "os mitos não são nada mais do que essa solicitação incessante, infatigável, essa exigência insidiosa e inflexível que obriga os homens a se reconhecerem nessa imagem de si próprios, eterna e, no entanto, datada, que um dia se constrói como se fora para todo o sempre".

Nos "casos" o mito oblitera a realidade histórica do gaúcho marginalizado, desocupado, paradoxalmente livre, de uma "liberdade inútil, desprovida de objetivo", conforme a Autora.

Através de longo exame de textos jornalísticos da época, Moraes Leite identifica o referido processo mitificador do gaúcho no estabelecimento de um miqueísmo que distingue os rio-grandenses dos demais brasileiros, principalmente os paulistas e catarinenses; o gaúcho é o herói, sempre vitorioso, os demais são englobados na categoria do anti-herói.

Assim, a ideologia do poder político e econômico explica, no regionalismo gaúcho dos anos 20, a "impossibilidade de renovar, apesar do projeto de renovação."

Tratando-se evidentemente de um trabalho de fôlego e argúcia inegáveis, a tese de Lígia Moraes Leite apresenta alguns aspectos dignos de uma observação mais detida:

1. Com referência ao processo denominado como "mancha" talvez ocorra um excessivo rigor.

É óbvia a concepção, em tais casos, da linguagem poética como ornamento, mas quanto à possibilidade de fusão entre esta e a linguagem referencial, no estabelecimento de um sentido mútuo em relação à narrativa, é necessário reconhecer a alternativa de uma destituição apenas aparente deste sentido, pelo menos em alguns casos entre os quais se inclui, inclusive, o exemplo apresentado pela Autora, extraído do conto, ou "caso", "Estaqueado", do livro *Tapera*, de Alcides Maya.

Neste texto, a parada, apesar da linguagem à *belle époque*, como define a Autora, está revestida de uma função em relação à narrativa, pois estabelece um contraste entre a ordem e a beleza da paisagem descrita e o fato que culmina a narração, além de compor o tradicional suspense que antecede uma cena importante: a beleza e a ordem da paisagem são violentamente quebradas pela descoberta de um cadáver putrefato estaqueado no alto de uma colina, o cadáver de mais uma vítima das lutas fratricidas.

2. O papel do narrador, que a Autora define com precisão pelo conceito da "palavra embargada", também exemplificado com a obra de Alcides Maya, considerado como o autor que mais corresponde à definição proposta, apresenta o mesmo desvio com relação ao sentido realmente exposto pela nar-

rativa. Em alguns textos de Alcides Maya, o narrador é uma personagem cujo papel exerce um sentido fundamental, um sentido de contraste entre o gaúcho rude e o homem intelectualmente desenvolvido.

Na página 135 do seu *Regionalismo e Modernismo*, Moraes Leite cita como exemplo da tese da influência degradante do meio, ligada ao papel do narrador onisciente, um trecho que fala de um possível "escritor de talento". Na página 59 da única edição existente do livro *Alma Bárbara*, de Alcides Maya, o Autor diz:

"Cruel? Talvez não fosse... Gostava de atirar, eis tudo, e matava porque um bom tiro mata.

"Artista, lá isso — ers, um artista bronco, ávido de cor e linha, amante do ser em movimento, doido pelos pontos vivos... Muitas vezes pensei que, deslocado dos nossos rincões agrestes, ele teria sido (quem sabe?) um escultor de talento."

A mudança do termo, certamente involuntária, força uma interpretação que não corresponde ao verdadeiro sentido do texto.

A passagem citada ilustra e confirma, evidentemente, a tese do narrador onisciente, mas, ao mesmo tempo, distingue o ficcionista como um escritor que apresenta uma visão inédita do regionalismo gaúcho. Este mundo, visualizado por Alcides Maya, é completamente distinto daquele mundo mitificado pelos demais autores examinados por Moraes Leite, embora como bem observa a autora, seja composto com os mesmos elementos enaltecidos da natureza e do homem gaúcho, reunidos sob o proclamado "saudosismo" característico da obra do autor de *Ruínas Vivas*.

3. Finalmente, e em decorrência aos aspectos acima examinados, talvez a tese de Lígia Moraes Leite apresente uma contradição básica na medida em que a Autora nega, ou hesita em admitir, o papel exercido tanto pela obra de Alcides Maya quanto pelos *Casos do Romualdo*, de Simões Lopes Neto, cuja análise também é incompleta, em relação à evolução do Regionalismo rio-grandense, que culmina com o processo de desmitificação do gaúcho na criação do "gaúcho a pé", de Cyro Martins, e na interpretação histórica do Rio Grande do Sul apresentada por Erico Verissimo, por exemplo.

Tanto se comprova esta contradição quanto se constata que a Aurora, tendo, na página 204 refutado esta relação entre os referidos autores como simplista e passível de exame mais profundo, retoma-a talvez com excessiva rapidez na página 242, quando alude à tradição do Realismo e do Naturalismo no Regionalismo gaúcho.

Esta obra, *Regionalismo e Modernismo*, constitui, no entanto, um marco definitivo na interpretação do fenômeno constituído pela literatura regionalista no Rio Grande do Sul.

Alda Maria do Couto Ghisolfi